

Cr\$ 10 trilhões para formar professores

por José Casado
de São Paulo

O Ministério da Educação decidiu reservar Cr\$ 10 trilhões (o equivalente a US\$ 415,7 milhões) do orçamento deste ano do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional para investimentos em programas de formação de professores da rede nacional de ensino elementar.

"Isso nunca aconteceu antes", diz Murílio Hingel, ministro da Educação. "Vamos investir na capacitação dos professores que ainda vão ser formados e os que serão admitidos, através do estímulo aos cursos de licenciatura nas universidades, observando revisão dos currículos e do processo de formação pedagógica."

Segundo o ministro, haverá ênfase especial nas áreas de matemática, biologia, física e química, "onde a situação é mais preocupante, porque faltam professores e, entre os que existem, são poucos os que atendem aos requisitos de qualidade". Mais: "As universidades vão criar cursos noturnos de licenciatura para aqueles professores que desejarem continuar seus estudos. E vamos, também, abrir uma linha de crédito especial para privilegiar o resgate das Escolas Normais, que tiveram um papel importante na formação de professores e, hoje, estão desprestigiadas".

Tais ações, explica Hingel, tendem a transformar

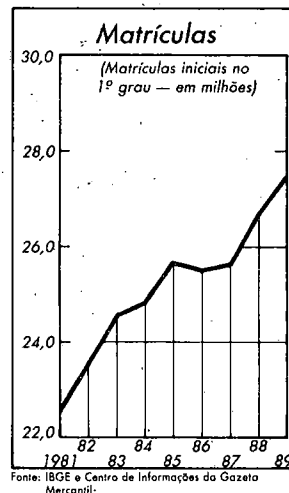
em prioridade absoluta para o governo, na área educacional, a redução dos níveis de repetência nas salas de aula das escolas básicas. "Nosso objetivo central é conseguir fazer com que o aluno tenha uma educação básica melhor. Para tanto, a formação do professor com melhor qualidade é peça fundamental", observa.

O País tornou-se um campeão mundial de repetência no ensino fundamental. Uma pesquisa do Laboratório Nacional de Computação Científica, coordenada por Sérgio Ribeiro Costa, demonstra que o curso de oito séries acaba sendo realizado em doze anos pela maior parte dos alunos. Essa pesquisa detectou um grave erro metodológico no censo educacional realizado pelo ministério anualmente, nas últimas seis décadas. No censo, os repetentes eram computados como "alunos novos", distorcen-

do a oferta de novas vagas. "Estamos revendo a metodologia para mudanças já no Censo 93 para evitar que tenhamos essa situação permanente em que a demanda por matrículas é maior que a oferta", explica o ministro.

Leo Kessel, coordenador geral de planejamento setorial do ministério, esclarece que no final de abril deverá ocorrer a reunião inicial para mudança no sistema de coleta de dados em todos os estados. "Em junho, os novos folhetos já estarão sendo impressos e toda logística do censo estará pronta", acrescenta. A operação está orçada em Cr\$ 90 bilhões "e o dinheiro já foi garantido pelo ministro".

A série histórica de dados educacionais do País foi interrompida em 1991. "No próximo censo vamos tentar recuperar esse ano; alguns estados chegaram a fazer por conta própria, e o



que não for possível será estimado com base em dados do IBGE", diz.

O censo educacional, realizado há seis décadas, deixou de acontecer em 1991 por uma razão simples: fal-

tou dinheiro. O ministro da Educação na época, José Goldemberg, alega que recebeu o cargo com um orçamento no qual não havia previsão de dinheiro para custeio do censo. "Mas antes de deixar o ministério fiz o grupo de estatísticas começar a avaliar uma mudança metodológica no censo, com base nos resultados da pesquisa do LNCC", ressalva Goldemberg.

O problema no ensino elementar, de acordo com a pesquisa e o julgamento de especialistas como o ministro Hingel, o ex-ministro Goldemberg e o coordenador de planejamento do Ministério da Educação, concentra-se na formação dos professores. A repetência, uma constante nas salas de aula, seria apenas o principal sintoma.

"Escolas existem sim", diz Kessel, do Planejamento Setorial. "Estamos com uma cobertura de 90%".

Anualmente, em média, constroem-se 15 mil novas salas de aula no País. "Neste ano, há mais ou menos US\$ 1,5 bilhão reservados no orçamento educacional para construção de novas escolas", diz Goldemberg. O ministro Hingel explica que está fazendo um remanejamento.

A área do País onde haveria carência de escolas, segundo todas as pesquisas disponíveis, é a do interior do Nordeste, onde grassam a seca e a fome. "Estamos fechando um acordo com o Banco Mundial, de US\$ 700 milhões com metade em contrapartida brasileira — ou seja, governos federal e dos nove estados da região — para um programa específico naquela área, que vai envolver desde a melhoria da rede, até aspectos básicos e novos como gestão das escolas; capacitação dos professores, livro-texto regional", diz Hingel.